



CONGRESSOS FEDERATIVOS
**UM PARTIDO UNIDO
 E MOBILIZADO**

PÁGS. 12, 13 E 16



**RESOLVER OS PROBLEMAS
 ESTRUTURAIS COM
 QUALIFICAÇÃO, INOVAÇÃO
 E MODERNIZAÇÃO**

PÁGS. 2 A 4



ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

SUBSCREVA
AQUI



DIAS ÚTEIS
ÀS 17H

CONTEÚDOS
 EXCLUSIVOS

QUENTE & FRIO

MARY RODRIGUES

A ESCALDAR

ONDE PARA A ÉTICA?

O 36º Congresso do PSD ficou marcado pelo passado e pela eleição de Maria Luís Albuquerque, a braços com críticas e após aceitar um emprego na Arrows Global logo após a sua saída da chefia do Ministério das Finanças durante o Executivo Passos/Portas. Esta promoção espelha bem a importância dada à ética pelo líder do PSD.



QUENTE

AMNÉSIA E DESIGUALDADES

Apostando numa amnésia profunda da sociedade portuguesa, Pedro Passos Coelho teve a ousadia de encerrar a reunião magna da família laranja com uma proposta tão insólita como descarada: rever, "pedra por pedra", as principais políticas públicas na área social, incluindo educação, saúde e apoio social, para melhorar a redistribuição de rendimentos e combater as desigualdades. E tudo isto vindo do homem que mais contribuiu para o agravamento das desigualdades e empobrecimento generalizado em Portugal.



FRIO

A ABSTINÊNCIA DEMOCRÁTICA DO PSD

O Governo do PS viu aprovado na especialidade, a meados de março, o Orçamento de Estado para 2016. Este passo em frente na vida do país deu-se com absolutamente nenhuma proposta do PSD e com o CDS a pôr fim efetivo à aliança por conveniência com a contraparte laranja. Ao que tudo indica, a irrevocabilidade do arrufo de Paulo Portas transferiu-se para Pedro Passos Coelho.



GELADO

PREVENIR PARA NÃO TER DE REMEDIAR

A Câmara Municipal de Lisboa, liderada por Fernando Medina, avança com uma campanha para a prevenção dos maus tratos a crianças e jovens, ajudando os mais pequenos a denunciar, recusar e reagir, compreendendo o que não podem e não devem aceitar.

A campanha decorre durante o mês de abril, em parceria com a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e a Associação de Mulheres Contra a Violência.

O lema deste ano é que a melhor forma de tratar o problema é impedir que aconteça e a prevenção faz-se desde logo com as crianças até aos adultos. ■



PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS PARA MODERNIZAR O PAÍS

O primeiro-ministro António Costa apresentou as linhas estratégicas do Programa Nacional de Reformas, para o qual pediu amplo consenso visando defender Portugal e resolver os problemas estruturais do país com estabilidade de políticas e de objetivos.

ANTÓNIO COSTA falava no Centro de Congressos de Lisboa, na sessão de lançamento do Programa Nacional de Reformas, documento que será entregue em Bruxelas até ao final de abril e que estará em discussão pública nas próximas semanas. Destacando como essencial nes-

te Programa de Reformas, a qualificação das pessoas, a promoção do investimento e a modernização do Estado, o primeiro-ministro sustentou que, a partir de 2001, foi interrompido um ciclo de crescimento económico desde 1996, com taxas de crescimento entre 3,5 e 4,8%.

E referiu que desde 2001, com vários governos de diferentes quadrantes políticos, Portugal alterou anos de crescimento débil com anos de recessão e apontou "uma confusão entre causas e consequências" ao nível político. Assim, segundo António Costa, Portugal enfrenta bloqueios es-





DR

truturais ao seu desenvolvimento. “Resolver e responder aos problemas estruturais do país não é compatível nem com atalhos nem com choques, porque não há choque fiscal, choque de empobrecimento ou choque de conhecimento que nos resolva os problemas estruturais”, defen-

deu, sublinhando que uma verdadeira solução passa por “estabilidade nas políticas, estabilidade na estratégia e estabilidade nos objetivos”.

“Só com investimento, ano após ano, poderemos melhorar as qualificações da população, melhorar a incorporação de inovação no tecido empresarial e valorizar o nosso território”, declarou, detalhando de seguida os objetivos dos seis pilares do Programa Nacional de Reformas:

Qualificação das pessoas

Responder ao maior défice que o país tem e a um passivo acumulado ao longo de décadas, conciliando formação profissional e educação formal, alargando o pré-escolar e combatendo a precariedade laboral.

Inovação no tecido empresarial

Acelerar a transferência de conhecimento para as empresas, promover o empreendedorismo e incentivar a digitalização das empresas e da economia.

Valorização do território

Valorizar o mar e o interior, bem como o enorme potencial de desenvolvimento das cidades, apostando na eficiência energética e na reabilitação urbana.

Modernização do Estado

Acrescentar valor à vida dos cidadãos e das empresas, oferecendo segurança, simplificando procedimentos administrativos, promovendo um sistema de justiça mais acessível às empresas.

Capitalização das empresas

Assegurar condições de financiamento e investimento às empresas, ultrapassando obstáculos ao crescimento sustentado e ao relançamento económico.

Coesão social

Combate ao aumento da pobreza e das desigualdades sociais, que se agravaram nos últimos anos, repondo mínimos sociais, promovendo novas políticas sociais e apostando nos serviços públicos, como um Serviço Nacional de Saúde mais acessível e mais eficiente.

“Não estamos perante um desafio para os próximos 12 meses, mas é seguramente um desafio para os próximos cinco anos, o âmbito deste programa de reformas”, clarificou António Costa, acrescentando ainda nesse sentido que o Programa Nacional de Reformas “tem de ser um programa do conjunto do país”.

“É assim que o queremos discutir com todas as forças políticas, parceiros sociais, agentes económicos e universidades”, reiterou e rematou, perentório, que é preciso “centrarmo-nos no essencial”. “Não basta fazermos o suficiente, sendo mesmo preciso fazer o que é necessário. Por isso, o Programa Nacional de Reformas é algo que tem de ser feito com o conjunto de toda a sociedade” de forma a retomar um ciclo de convergência com a União Europeia, cumprindo os três desígnios estratégicos assumidos por este Governo: “Mais crescimento, melhor emprego, maior igualdade”, concluiu. ■



“ Um plano que visa responder aos problemas estruturais do país e que tem na Agenda para a Década a sua matriz

Estamos, sem dúvida, a viver um período politicamente exigente e estimulante. Pela primeira vez, em Portugal, há um governo socialista com o apoio parlamentar de quatro partidos. Pela primeira vez, no Portugal democrático, as esquerdas uniram-se para remover a direita do poder e devolver a esperança aos portugueses. Pela primeira vez, em 40 anos, o Orçamento do Estado (OE) foi aprovado por toda a esquerda parlamentar. São factos que vão ficar para história. Mas mais importante, são factos que melhoram a vida das pessoas, sobretudo daquelas que mais sofreram nos últimos quatro anos. Este novo tempo foi possível porque temos um Secretário-geral que sabe dialogar e fazer consensos e que é capaz de edificar pontes onde dantes havia muralhas. O PSD permanece em assanhado estado de denegação. Recusa-se a viver no presente e a enfrentar o futuro. Naufragado no passado, o maior partido da oposição perdeu o norte e todo o sentido de responsabilidade. Vai ficar nos anais da história parlamentar que, pela primeira vez, houve um partido que se escusou a apresentar qualquer proposta de alteração ao OE e que, qual menino birrento, chegou ao extremo de rejeitar propostas que antes havia defendido.

O PSD votou contra a devolução da sobretaxa, contra a reposição integral dos salários, contra o complemento solidário para idosos, contra o rendimento social de inserção, contra o aumento do abono de família, contra o reforço do subsídio social de desemprego, contra a redução do IMI, contra a gratuitidade dos manuais e contra o alargamento da tarifa social de energia a um milhão de agregados familiares. Votou contra tudo o que melhora a vida das famílias. Entretanto, o PS promoveu as eleições diretas para presidentes das Federações e dos Departamentos federativos das mulheres socialistas, realizou os Congressos federativos e do PS/Açores, elegeu os respetivos dirigentes, enquanto prossegue o processo de abertura à sociedade, fortalecendo-se para melhor servir o país.

O Governo do PS está a cumprir o prometido na campanha eleitoral e a resolver os problemas dos portugueses. Aprovado o OE, há agora condições para se fazer um grande debate público sobre o Programa Nacional de Reformas (PNR). Um plano de médio prazo que visa responder aos problemas estruturais do país e que tem na Agenda para a Década a sua matriz. Para este debate estamos todos convocados: partidos políticos, parceiros sociais, agentes económicos e universidades. Que ninguém se autoexclua. O documento que será enviado para Bruxelas, no fim de abril, deve resultar de um amplo consenso nacional. Qualificar as pessoas, promover a inovação na economia, valorizar o território, modernizar o Estado, capitalizar as empresas e reforçar a igualdade e a coesão social são os seis pilares do PNR, um programa focado no triplo desígnio enunciado pelo Governo: mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade. É esta a impressão digital da governação socialista. ■

ESTRATÉGIA EUROPA 2020, PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS, PARA TORNAR A EUROPA UMA ECONOMIA INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA.

OBJETIVOS:

- 75% de taxa de emprego para população com 20-64 anos;
- Investimento de 3% do PIB da UE em Investigação e Desenvolvimento;
- Menos 20% de emissões de gases com efeito de estufa (comparando com 1990);
- 20% da energia a partir de fontes renováveis;
- Mais 20% de eficiência energética;
- Menos de 10% de abandono escolar precoce;
- 40% da população com idade entre 30 e 34 anos com diploma do ensino superior;
- Menos 20 milhões de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.

PORTUGAL
Somos Europa



JORGE FERREIRA

O PAÍS NÃO MERECE OS DESFAVORES DA DIREITA

O líder parlamentar do PS criticou, no debate quinzenal com o primeiro-ministro sobre o Programa Nacional de Reformas, a posição de “bota-abaixo” do PSD, que não dá contributos para a defesa dos interesses do país.

CARLOS CÉSAR explicou, no Parlamento, que o Programa Nacional de Reformas “tem como objetivo contribuir para a atenuação dos bloqueios estruturais do país que impedem a sua competitividade”. O programa é composto por “propostas e eixos de intervenção que integram muitas motivações consensuais entre a maioria que apoia o Governo”, mas “procura ir além dessas fronteiras políticas”, acrescenta.

O presidente da bancada socialista insistiu que o documento deve mobilizar, “com a maior seriedade, os diferentes níveis institucionais públicos e os agentes políticos”. “O essencial é que todos procurem uma intensidade máxima de participação, incluindo os próprios partidos de oposição”, alertou.

Carlos César sublinhou que, “ao contrário do que tem esquecido o PSD”, a defesa dos interesses de Portugal no diálogo europeu cabe a todos, “e essa defesa não é compaginável com a negação e a destruição de tudo quanto se faz ou se propõe”. “O PS e o Governo não precisam dos favores da direita, mas o país não merece os seus desfavores”, asseverou.

O líder parlamentar do PS lembrou que o partido, a propósito do debate sobre a orientação orçamental, desafiou todos os partidos a envolverem-se “sem reservas metodológicas e de ganhos partidários de ocasião na construção de uma política portuguesa na Europa e de uma política europeia para Portugal mais amiga do crescimento e do investimento, do emprego e da igualdade”.

No entanto, lamentou, os sociais-democratas “não aproveitaram ainda esta semana para se despedir do bota-abaixo, do passado que o persegue, do ciúme da atual governação, do discurso sobre o nada e para renovarem a sua atitude, parecendo querer dizer que ‘partido velho não aprende outras linguagens’”. “Os deputados do PSD estão cada vez mais transparentes, mas apenas no pior sentido: é como se não estivessem cá”, criticou.

Carlos César falou, depois, no enquadramento inicial deste Programa Nacional de Reformas, que é “muito onerado pelos factos como pelas indeterminações, a que acrescem as habituais resistências do conservadorismo de certas autoridades europeias do qual, ao menos, o Banco Central Europeu se tem libertado”.

O líder da bancada do PS sublinhou que as exigências da integração europeia “continuam a colocar restrições muito sensíveis”, “mesmo reconhecendo-se que estamos a fazer um dos maiores esforços de redução do défice entre os países da UE, contrariando incumprimentos anteriores”.

Carlos César destacou, ainda, os pilares do Programa Nacional de Reformas: qualificar a população portuguesa, promover a inovação na economia portuguesa, valorizar o território, modernizar o Estado, capitalizar as empresas e, não menos importante, reforçar a coesão e a igualdade social. ■



JORGE FERREIRA

DEBATE QUINZENAL

UM PROGRAMA DE TODA A SOCIEDADE

“O país não pode continuar a confundir as causas com as consequências” afirmou o primeiro-ministro no início do debate quinzenal de dia 29 de março, na Assembleia da República, defendendo que a solução não passa por “continuar a empobrecer o país”, mas pela “qualificação dos portugueses e pela qualidade do emprego”.

COMEÇANDO por criticar a ideia disseminada e validada pelo anterior Governo de direita de que reformas estruturais significavam necessariamente o caminho da redução dos direitos laborais, privatização de sectores estratégicos e a diminuição dos direitos sociais, políticas cujos resultados “estão hoje bem à vista de todos”, e cujas reformas “ditas estruturais” mais não trouxeram do que um crescimento económico “insatisfatório” e uma assinalável redução do bem-estar e dos direitos sociais das pessoas, sem que se tenha verificado “um resultado efetivo em favor da competitividade”.

Isto mesmo é reconhecido pela Comissão Europeia, lembrou António Costa, que num recente relatório no âmbito do semestre europeu vem confirmar esta análise, revelando a persistência de um conjunto de desequilíbrios estruturais que constituem obstáculos ao crescimento potencial da economia portuguesa.

O primeiro-ministro identificou, a este propósito, que temas como a falta de qualificações de parte significativa da população, a insuficiente aposta na inovação, a escassez de transferência de conhecimento para a economia, o endividamento das empresas, o desemprego de longa duração, o acentuar das desigualdades e da pobreza, a emigração, entre outros aspetos, como refere a Comissão Europeia, são problemas não resolvidos e que têm concorrido para impedir que Portugal tenha avançado e criado condições sustentadas para relançar o investimento.

É a partir deste diagnóstico, disse o primeiro-ministro, que o Governo procura construir o conjunto de propostas e de prioridades, que foram apresentadas publicamente no Programa Nacional de Reformas, de forma a proporcionar que Portugal possa sair deste ciclo que oscila entre a recessão e o fraco crescimento.

Um Programa de Reformas,

sustentou António Costa, que aponta para a qualificação dos portugueses, para a inovação das políticas económicas, para a valorização do território e suas “múltiplas facetas”, designadamente em relação ao mar, ao interior e às cidades, para a modernização do Estado, capitalização das empresas e para a coesão e igualdade social, um trabalho que, segundo o primeiro-ministro, “já começou a ser feito” no Orçamento do Estado de 2016, entre outras iniciativas, com o início da “recuperação de rendimentos e a reposição dos mínimos sociais”.

António Costa lembrou ainda que o Programa Nacional de Reformas pretende resolver os bloqueios estruturais que “há 15 anos mantêm a economia portuguesa estagnada”, permitindo a Portugal retomar a convergência com a União Europeia, “quebrando este prolongado ciclo em que a recessão alternou com o crescimento insuficiente”. ■

ORÇAMENTO DO ESTADO APROVADO POR MAIORIA EXPRESSIVA

O primeiro-ministro, António Costa, congratulou-se com a aprovação por “maioria expressiva” do Orçamento do Estado para 2016, lamentou o “azedume” do PSD e anunciou o lançamento do debate estratégico em torno do Programa Nacional de Reformas, que terá por objetivo responder aos problemas estruturais do país.



FALANDO aos jornalistas, após a votação final global do Orçamento do Estado para 2016, aprovado com os votos dos grupos parlamentares do PS, BE, PCP e “Os Verdes”, António Costa disse que com a aprovação do documento por “uma maioria expressiva” se conclui “um ciclo político importante”, reafirmando que o “plano B é pura e simplesmente executar este Orçamento”.

O primeiro-ministro anunciou ainda que, depois da Páscoa, começa o debate sobre o Programa

Nacional de Reformas, que disse ser um “plano de médio prazo”, para “responder aos problemas estruturais do país”.

“Abre-se uma nova fase, muito exigente para o Governo para executar este Orçamento, mas uma fase importante para o país porque depois da resposta imediata ao aumento do rendimento disponível das famílias e da criação de financiamento às empresas vamos abrir já a seguir à Páscoa o debate estratégico e fundamental sobre o Programa

Nacional de Reformas, que nos permita concentrar e resolver aquilo que têm sido os bloqueios estruturais à nossa competitividade”, disse.

Segundo o primeiro-ministro, este Programa Nacional de Reformas estará focado “no triplo desígnio a que se propôs o Governo”, e que que passa por “mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade”.

Azedume do PSD

Por outro lado, António Costa

disse esperar que “o PSD vença o rancor e o azedume e consiga chegar ao tempo presente”, considerando ainda que o “CDS tem dado um bom exemplo” uma vez que “esteve no debate parlamentar”, no qual inclusivamente apresentou propostas, ao contrário do partido de Passos Coelho.

O primeiro-ministro lamentou que, “pela primeira vez na história dos debates orçamentais, tenha havido um partido”, o PSD, que “não só não apresentou ne-

nhuma proposta, como adotou por princípio votar contra tudo o que era proposto, mesmo aquilo com que concordava”.

Por isso, António Costa fez votos para que “o PSD consiga chegar ao tempo presente, tem muito futuro à sua frente e se liberte desta prisão do passado em que se deixou fechar”.

O chefe do Governo fez ainda questão de salientar que há hoje no Parlamento uma maioria plural “que é aberta à contribuição de todos”. ■

APROVADAS 148 PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

As “combinações novas”, na feliz expressão do presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, resultantes da capacidade de diálogo e negociação entre os diferentes partidos representados no Parlamento, permitiram aprovar 148 propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2016. De fora, apenas o PSD, que se demitiu de apresentar qualquer contributo.

A “GERINGONÇA”, afinal, é apenas o normal funcionamento da democracia parlamentar. O documento orçamental do país fica enriquecido com o acolhimento das 85 propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS, 26 propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda, 12 apresentadas pelo PCP, 9 pelos Verdes, 7 pelo PAN, 4 pelo CDS e 3 pelos deputados laranja eleitos pela Madeira, contribuindo para um orçamento dialogante, aperfeiçoado e melhorado. Entre as principais propostas do PS, destacam-se a substituição do coeficiente familiar por uma dedução fixa de 600 euros por dependente em sede de IRS, permitindo alcançar uma maior justiça

fiscal no apoio às famílias com filhos, a consignação de 0,5% do IRS a uma pessoa coletiva de utilidade pública que desenvolve atividades culturais e um conjunto de medidas que conferem expressão à especificidade das regiões autónomas.

A alteração do valor de referência do Complemento Solidário para os Idosos, o aumento no 2º e 3º escalões do Abono de Família e a bonificação no caso de crianças com deficiência, assim como uma acessibilidade maior à Tarifa Social de Eletricidade, foram algumas das propostas do Bloco de Esquerda acolhidas na especialidade.

De entre as propostas apresentadas pelo PCP, mereceram igual-

mente acolhimento o alargamento em condições específicas do subsídio social de desemprego, a gratuidade dos manuais escolares a todas as crianças do primeiro ano do primeiro ciclo do ensino básico a partir do próximo ano letivo, o congelamento do valor máximo das propinas, esta última indo ao encontro de uma das propostas apresentadas pelo PS e a revisão da base de cálculo das quotizações e contribuições para a Segurança Social dos trabalhadores independentes.

A isenção do IMI para famílias de baixos rendimentos foi um dos contributos do Partido Ecologista “Os Verdes”, com o PAN a ver aprovada a dedução de parte do IVA das despesas veterinárias

em sede de IRS. Mereceu igualmente aprovação uma proposta do CDS no sentido de alargar o número de beneficiários do Passe Social +, assim como um conjunto de outras medidas em matéria fiscal. Por seu lado, também os deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira contribuíram para o debate orçamental, fazendo aprovar uma norma que reforça a autonomia da Assembleia Legislativa Regional da Madeira. Do Grupo Parlamentar do PSD?

Bem, os portugueses só podem desejar que ultrapasse o momento menos bom que atravessa e que possa regressar em breve ao debate parlamentar e, sobretudo, ao debate sobre o futuro do país.

No entanto, justiça lhe seja feita. A ausência de todo e qualquer contributo do PSD para a discussão orçamental não significa que a sua participação tenha sido neutra.

Como fica registado para memória futura. ■

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA - Resumo de votações

Devolução da sobretaxa	CONTRA
Reposição integral dos salários	CONTRA
Aumento do Complemento Solidário para Idosos	CONTRA
Aumento do Rendimento Social de Inserção	CONTRA
Aumento do Abono de Família	CONTRA
Aumento do Subsídio Social de Desemprego	CONTRA
Gratuidade dos manuais escolares	CONTRA
Alargamento da Tarifa Social Energética	CONTRA
Redução do IMI	CONTRA

MÁRIO CENTENO ESTE É O ORÇAMENTO QUE FAZIA FALTA AO PAÍS

Depois de Portugal ter sido sujeito ao longo dos últimos quatro anos a medidas cegas de austeridade, “este é o Orçamento que fazia falta” defendeu o ministro das Finanças no encerramento do debate na especialidade do OE/2016.



JORGE FERREIRA

RECONHECENDO que apesar das restrições existentes, também devido às “ações e omissões do anterior Executivo” de direita - que não permitiu que o país ficasse com défice orçamental abaixo dos 3% em 2015, e assim “saísse do procedimento dos défices excessivos” - o Governo liderado pelo primeiro-ministro, António Costa, defendeu Mário Centeno, apresenta uma alternativa responsável que “devolve

esperança aos portugueses”. Os portugueses, lembrou o titular da pasta das Finanças, apesar do longo período em que estiveram sujeitos a vários bloqueios estruturais impostos pela coligação de direita, não podem querer virar a página da austeridade de um dia para o outro e exigir de imediato “uma governação sem restrições orçamentais”, garantindo que o Governo “tem a exata noção” dos problemas

com que o país se confronta e a “coragem para os enfrentar e para os resolver”. Dirigindo-se diretamente ao maior partido da direita, Mário Centeno criticou o PSD por, “nesta fase tão relevante da nossa democracia”, ter optado por não contribuir para o esforço coletivo de construção de uma sociedade mais justa e coesa, sendo incompreensível que se tenha demitido de “tamanha e tão nobre respon-

sabilidade”, que é representar os seus concidadãos, “aqueles que os elegeram e lhes confiaram as suas escolhas”.

Alternativa séria e responsável

Para Mário Centeno, como o Orçamento do Estado para 2016 mostra, afinal, “ao contrário do que nos foi dito”, existe mesmo uma alternativa “séria e responsável”, capaz de inverter as medidas de auste-

ridade cega impostas pelo anterior Governo de direita, que tiveram “consequências óbvias e visíveis” na qualidade de vida das famílias e no desenvolvimento empresas.

Não deixando de reconhecer que os desafios com que Portugal se depara são enormes, o ministro das Finanças assume, contudo, que o objetivo do Governo é “corrigir os desequilíbrios” para relançar o crescimento e recuperar o emprego. ■

CARLOS CÉSAR PSD FICOU À PORTA DA DEMOCRACIA

O LÍDER parlamentar do PS sublinhou, no encerramento do debate na especialidade do OE para 2016, que a proposta aprovada no dia 16 de março é um “compromisso nacional”, conquistado com “diálogo e persuasão junto da Comissão Europeia”, lamentando que o PSD tenha ficado à porta da democracia, não apresentando nenhuma proposta.

“Este é o Orçamento mais português que poderia hoje ser votado, porque não é o resultado de uma imposição, mas, em preponderância, da nossa persistência e da boa negociação empreendida pelo primeiro-ministro e pelo seu ministro das Finanças”, asseverou.

No entanto, o PSD, “agora na oposição”, acabou por “prescindir de melhorar um documento tão importante para o país, não apresentando qualquer proposta alternativa”, lamentou.

“Da ‘caranguejola’ da direita, que se desconjuntou, foi o PSD que ficou a pé, mas não de pé: não quis servir quem o elegeu, nem quis servir para o que foi eleito”, criticou. Carlos César diz que o PSD “ficou à porta da democracia, do lado de fora da procura do melhor para o seu próprio país”. Lembrando que os deputados do PSD votaram “contra mais de 70 artigos idênticos aos do Orçamento de 2015 que eram



JORGE FERREIRA

da sua autoria”, o líder da bancada socialista classificou o PSD como um partido “vergado pelo despeito partidário e tomado por absoluta paralisia. É o pior dos destinos que agora podia reservar para si próprio, justamente quando o seu antigo parceiro, o CDS, deseja ultrapassá-lo e substituí-lo”.

O líder da bancada do PS deixou, ainda, um desafio aos partidos da oposição: “Já que estão sempre tão atentos ao que se diz na Alemanha, ouçam agora este apelo que vem de Frankfurt”, referindo-se ao apelo do presidente do BCE de que a política monetária do banco não chega para combater a deflação e promover o crescimento da economia europeia. ■

PEDRO NUNO SANTOS UM ORÇAMENTO QUE TRAZ ESPERANÇA AOS PORTUGUESES

O ORÇAMENTO vai provar que é possível viver melhor em Portugal, garantiu o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, no final do terceiro dia de discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2016 (OE2016).

Pedro Nuno Santos deixou aos deputados três mensagens: lamentou que o PSD não tenha apresentado propostas de alteração, apelou aos sociais-democratas para que, no futuro, estejam disponíveis para vir a debate e reiterou que o Orçamento que será aprovado “provará que é possível viver melhor”. “O PSD é contra a devolução da sobretaxa, é contra a reposição integral dos salários, é contra o complemento solidário para idosos, é contra o rendimento social de inserção, é contra o aumento do abono de família, é contra o reforço do subsídio social de desemprego, é contra a redução do IMI, é contra a gratuidade dos manuais e é contra o alargamento da tarifa social de energia a um milhão de agregados famílias”, lembrou.

Para o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, o Governo liderado por António Costa está a provar que os portugueses não têm de deixar este país e que recuperar rendimentos e repor direitos dá esperança aos portugueses.

Também o deputado socialista João Ga-



JORGE FERREIRA

lamba dirigiu críticas ao PSD. “Por muito que vos custe, [este orçamento] vai mesmo melhorar a vida a muitas famílias, sobretudo aquelas que muito sofreram nos últimos quatro anos”, disse.

Já em resposta às críticas do PSD e do CDS-PP de um “grande aumento de impostos”, recordou que “o único grande aumento de impostos que aconteceu nos últimos anos foi em 2012 e 2013”. ■

ZERO

Foi o número de propostas de alteração ao Orçamento do Estado apresentado pelo PSD

PRESIDENTE PROMULGA ORÇAMENTO DE COMPROMISSO E QUE RESPEITA CONSTITUIÇÃO

O PS, através do seu porta-voz João Galamba, congratulou-se ontem com a decisão do Presidente da República de promulgar o Orçamento para 2016, salientando que as considerações feitas por Marcelo Rebelo de Sousa estão em perfeita consonância com as posições defendidas pelo Governo.

ESTA POSIÇÃO foi transmitida pelo deputado João Galamba, após o Presidente da República ter anunciado a promulgação do Orçamento do Estado para 2016, através de uma comunicação ao país. "O PS congratula-se com a promulgação do Orçamento do Estado para 2016", afirmou João Galamba, salientando que as preocupações transmitidas pelo

Presidente da República "estão em linha" com as posições que têm sido defendidas pelos socialistas e pelo Governo.

"A primeira ideia é que este é um Orçamento de compromisso e que respeita a Constituição. Respeita o triplo compromisso do acordo político celebrado pelo PS com as forças à sua esquerda, respeita integralmente as obrigações constitucionais, assim



JORGE FERREIRA

como as condições de pertença de Portugal à zona euro", declarou o porta-voz do PS.

O porta-voz do PS sublinhou ainda a preocupação comum do Governo e do chefe do Estado quanto ao rigor na execução orçamental.

"Temos dito sempre que este é um Orçamento difícil, que exige rigor na sua execução, algo que não houve nos últimos anos. Gos-

támos de ver o senhor Presidente da República não alinhar naquele coro de exigência permanente de medidas adicionais", disse.

Das posições transmitidas pelo Presidente da República, João Galamba falou nas referências feitas à dimensão social do Orçamento, que considerou "estar em contraciclo com os orçamentos anteriores", e dos objetivos relacionados com o cumprimento

das metas do défice.

"O Presidente da República destacou também algo que nos parece da maior importância ao referir a imprevisibilidade da realidade e os efeitos que essa imprevisibilidade pode ter num Orçamento. Não apenas no Orçamento português, mas em todos os orçamentos dos Estados-membros da União Europeia", acrescentou. ■

APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO PR CONSONÂNCIA NAS MATÉRIAS FUNDAMENTAIS PARA O PAÍS

O primeiro-ministro, António Costa, transmitiu no dia 24 de março ao Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a renovação do "compromisso de máxima lealdade e cooperação" do Governo com o chefe de Estado. Na cerimónia de apresentação de cumprimentos ao Presidente da República, em Belém, Marcelo Rebelo de Sousa agradeceu a mensagem do primeiro-ministro e reiterou os desejos de sucesso ao Executivo do PS.

ANTÓNIO COSTA defendeu que a relação entre o Governo e o Presidente da República deve "procurar a consonância", não só nos domínios onde a Constituição atribui especiais competências ao chefe de Estado, como em matéria de Defesa Nacional e das relações externas, mas "no conjunto das matérias que são funda-

mentais para o país".

"É essa consonância que nós gostaríamos sempre de manter, e quero testemunhar que nestas duas semanas de partilha de funções de Estado tem sido possível e houve sempre em todos os momentos uma total consonância no que diz respeito à política externa, à nossa participação de Portugal na



BK

União Europeia e noutras matérias importantes para o país como a estabilização do nosso sistema financeiro", acrescentou o primeiro-ministro.

Por sua vez, Marcelo Rebelo de Sousa agradeceu as palavras do primeiro-ministro e voltou a desejar "o êxito da atividade governativa, porque significará o êxito de Portugal", fazen-

do questão de assinalar que da mesma forma que nenhum Presidente passa cheques em branco a nenhum Governo, também "nenhum Presidente da República deve ter preconceito em relação a nenhum Governo".

"É fundamental que haja sucesso na atuação dos órgãos de soberania, suces-

so na atuação do Governo, num momento em que se impõe na sociedade portuguesa uma pacificação, uma desdramatização, uma descrispção, uma estabilidade política, económica e social. É aquilo que eu sinto que as portuguesas e os portugueses querem", considerou ainda o Presidente da República. ■

CONSELHO DE MINISTROS

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CONHECIMENTO NO CENTRO DAS PRIORIDADES DO PAÍS

O Governo vai avançar com um conjunto de medidas que visam reafirmar a centralidade atribuída à educação e à ciência, procurando a valorização das pessoas e a afirmação da sociedade do conhecimento.



ASSINALANDO o Dia Nacional do Estudante, são assim reiterados os compromissos programáticos que o Executivo socialista estabeleceu no sentido de dar prioridade à educação, à ciência e ao conhecimento como pilares-chave para retomar o caminho do progresso, do desenvolvimento e da igualdade, bem como de garantir a democratização do acesso ao conhecimento, em todos os níveis de ensino e em todas as gerações. Nesse sentido, foram hoje aprovadas em Conselho de Ministros

medidas destinadas a reforçar a promoção da cidadania e da inclusão, o fomento das qualificações e do emprego e a modernização produtiva.

No primeiro bloco de medidas, destaque para a aprovação das linhas gerais do Programa Nacional de Promoção de uma Melhor Escola para todos os Alunos e a constituição de uma Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar.

No que diz respeito ao fomento da inovação e modernização produtiva, o Governo liderado

por António Costa decidiu, entre outras coisas, proceder à criação de um Conselho Nacional dos Centros Académicos Clínicos, um Grupo de Trabalho, com um mandato de seis meses, que irá estudar e propor medidas de promoção de investigação clínica e de translação e da inovação biomédica em Portugal, e do Consórcio Agro – TECH Campus de Oeiras, tendo como principais objetivos facilitar a investigação e o desenvolvimento experimental nas áreas da agricultura e floresta, saúde animal e sanida-

de vegetal, tecnologia e inovação para a bioeconomia.

Por último e em matéria de acesso ao conhecimento, qualificações e empregabilidade, foram aprovadas várias medidas que visam a dignificação dos recursos humanos, a estabilidade das políticas de ciência e a difusão da produção científica nacional.

Assim, o Executivo do PS decidiu criar um Programa Integrado de Educação e Formação de Adultos, adotar um regime de contratação de doutorados

destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento, fixar os termos de referência para a discussão pública de uma “Agenda Compromisso com o Conhecimento e a Ciência: o Compromisso com o Futuro” e definir os princípios orientadores para a implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta, com vista a promover o acesso livre a publicações de dados científicos que resultem de investigação financiada com fundos públicos. ■



PS PROMOVEU ENCONTRO DE ESTUDANTES NA AR

ASSINALANDO o Dia do Estudante, decorreu no dia 24 de março, na Assembleia da República, um encontro de estudantes do ensino básico e secundário, organizado pelos deputados da Juventude Socialista, e que contou com a participação do líder parlamentar do PS, Carlos César.

O presidente do Grupo Parlamentar do PS recebeu os participantes na iniciativa, tendo salientado a “elevada importância” da discussão “franca, direta e com conhecimento de causa” preconizada pelos jovens socialistas presentes.

Relembrou ainda aos estudantes que o seu testemunho constitui um “contributo inestimável” para o trabalho dos deputados e do grupo parlamentar, reiterando toda a disponibilidade para “ouvir atentamente e acolher as suas preocupações”.

A iniciativa, promovida pelos deputados da Juventude Socialista João Torres, Diogo Leão e Ivan Gonçalves, envolveu 25 jovens estudantes do ensino básico e secundário, estando presentes representantes dos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Lisboa, Porto, Setúbal e Viseu. ■

AVANÇA NOVO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE ADULTOS

O GOVERNO vai lançar um novo programa de educação e formação de adultos, anunciou no dia 24 de março o ministro da Educação, elogiando os resultados do antigo programa “Novas Oportunidades”.

No final de um Conselho de Ministros totalmente dedicado às questões do ensino superior, da ciência e das escolas, Tiago Brandão Rodrigues começou por defender que o “Novas Oportunidades”, lançado em 2007, deixou “marcas muito positivas” ao nível da educação e formação de adultos.

“Infelizmente, na última legislatura [com o Executivo PSD/CDS-PP], esse programa foi desmantelado”, lembrou, adiantando que este Projeto Integrado de Educação e Formação de Adultos visará “criar a pedra basilar para o lançamento de um novo programa, que assentará numa lógica de modelização, tanto ao nível da estrutura, como dos conteúdos de formação”, especificou.



Segundo o governante, o novo programa vai dirigir-se a todos os que “não tiveram oportunidade de estudar no tempo mais natural”.

“Não estou a falar só de população adulta já em idade avançada, mas também daqueles que ainda não conseguiram completar a escolaridade obrigatória e que ainda são jovens, muitos deles entre os 20 e os 30 anos”, clarificou, acrescentando que, com o novo progra-

ma, “este grupo tem então uma nova oportunidade para se poder valorizar”.

Tiago Brandão Rodrigues falou ainda de potenciais destinatários da frequência deste programa como cidadãos que tiveram uma recente “inflexão ao nível do seu percurso profissional”, pensando ainda naqueles que, disse, “por inquietação intelectual, pretendem dar novos passos, valorizando-se ao nível das qualificações”. ■

GOVERNO ASSUME COMBATE À PRECARIEDADE COMO PRIORIDADE

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, foi no dia 23 de março ao Parlamento garantir que fará um combate sem tréguas à precariedade do mercado de trabalho, assegurando que o Governo assume esta tarefa como um elemento prioritário da sua estratégia.

FALAR de contratos a prazo, de recibos verdes, de trabalho parcial ou até informal é estarmos a falar sempre do mesmo: há em Portugal uma larga percentagem de trabalhadores que não sabe qual vai ser o seu futuro, mesmo o futuro a curto prazo. Isto mesmo foi dizer ao Parlamento o ministro Vieira da Silva, que lembrou que apenas 20% dos contratos celebrados nos últimos três meses são permanentes, sendo aliás uma repetição do que já se tinha verificado nos três meses anteriores. Para Vieira da Silva, a tarefa que se apresenta de imediato ao Governo é enfrentar e ultrapassar o falso trabalho independente e o risco de perpetuar a herança do anterior Governo de direi-

ta de utilização as políticas ativas de emprego, como estágios profissionais e contratos de emprego inserção, "como verdadeiros substitutos de postos de trabalho".

Esta estratégia, garantiu o titular da pasta do Trabalho e da Segurança Social, terá de passar pelo combate à precariedade, quer no sector empresarial privado, quer no sector público, mas também por apertar e "melhorar os critérios das medidas ativas de emprego", desiderato que, segundo Vieira da Silva, se alcançará através do diálogo com os parceiros sociais de forma a se "encontrar um conjunto de linhas de ação" que passam, como enunciou, por quatro dimensões fundamentais.



JORGE FERREIRA

Limitar contratos a prazo

Desde logo, pela promoção de relações laborais estáveis e duradouras, "limitando o recurso excessivo aos contratos a prazo". Uma segunda medida que passa pelo combate ao uso ilegal dos contratos a prazo, e por políticas ativas de emprego que devem privilegiar "inserções de maior duração" e mais sustentáveis no mercado de trabalho, combatendo, em terceiro lugar, e em simultâneos, o "abuso e a ilegalidade da utilização de me-

das de emprego para substituição de trabalhadores".

Finalmente, o Governo tenciona "rever o regime de proteção no desemprego" para trabalhadores independentes, promovendo "um maior equilíbrio" entre deveres e direitos contributivos e uma proteção social efetiva, contribuindo assim para uma maior "vinculação destes trabalhadores ao sistema previdencial de Segurança Social".

Para Vieira da Silva, a dimensão e a natureza da segmentação do mercado de trabalho não re-

presenta hoje em Portugal apenas um problema de conjuntura, "mas uma real ameaça" não só à coesão social, mas também "à nossa capacidade coletiva de aumentar o potencial de crescimento da economia portuguesa". O ministro do Trabalho e da Segurança Social anunciou ainda a abertura de um concurso para a colocação de 83 novos inspetores, criticando o anterior Executivo de PSD/CDS, por ter "desvalorizado a ACT", ao não ter contratado nenhum inspetor "apesar de muitos terem saído". ■

PRECARIZAR A PRECARIEDADE

A PRECARIEDADE assume muitas formas, todas elas indignas, atinge todos e não se combate com um passe de mágica. "Mas é possível evidenciar as diferenças entre aqueles que a promovem e os que a mitigam", afirmou o deputado Tiago Barbosa Ribeiro, durante o debate sobre precariedade laboral, na Assembleia da República.

Na sua intervenção, Tiago Barbosa Ribeiro denunciou a falsa ideia segundo a qual trabalhador e empregador estão em pé de igualdade quando "o trabalhador será sempre o elo mais fraco da relação laboral e aquele que tem de ser protegido pela legislação laboral, que aliás não existe para outra coisa".

O deputado socialista reafirmou a convicção da esquerda



JORGE FERREIRA

de que "precisamos precarizar a precariedade".

E sustentou a necessidade de "romper com a perceção de que o Estado é permissivo dentro e fora de portas, dando conforto a quem tantas vezes cruza precariedade com ilegalidade, dos que vendem estagiários aos que não pagam horas extra, dos que

A PRECARIEDADE ASSUME MUITAS FORMAS, TODAS ELAS INDIGNAS

limitam direitos na parentalidade aos que gozam de cobertura para falsos recibos

verdes, dos que contratam a prazo para necessidades permanentes; e fazem-no porque sim, porque a direita tornou a precariedade barata, porque tanto desregulou que perdeu a noção da decência, do certo e do ético".

Tiago Barbosa Ribeiro reafirmou que "o combate à precariedade é uma causa que se dirige a todos e não exclui ninguém", a não ser a direita que, apontou, "voltou a excluir-se dos que querem fazer a diferença".

Respeitar e proteger as pessoas

O quadro "desolador" deixado pela direita foi retratado na intervenção da deputada Wanda Guimarães, ao recordar que uma em cada 14 famílias portuguesas não come decente-

mente, entre outros parâmetros da degradação da vida social e económica do país que elencou.

Combater a precariedade, sustentou, "exige coragem e a implementação de medidas políticas adequadas".

Wanda Guimarães afirmou-se escandalizada pelas "juras de amor" que os responsáveis pelo empobrecimento do país fazem agora aos desempregados.

"Escandalizo-me, sobretudo, com a fome, a miséria e a precariedade", disse a deputada socialista, defendendo de seguida que "um Governo não tem que ter pena das pessoas ou ser caritativo".

"Um Governo tem que respeitar e proteger as pessoas e é isso o que faz o Governo do PS", concluiu. ■

ANTÓNIO COSTA NA MADEIRA GOVERNO APOSTA EM RELAÇÃO DE EXCELÊNCIA COM REGIÕES AUTÓNOMAS

O primeiro-ministro reafirmou no dia 22 de março, no Funchal, na sua primeira visita oficial ao arquipélago da Madeira, o compromisso de estabelecer um novo patamar e uma maior partilha de responsabilidades no relacionamento entre o Governo Central as regiões autónomas.

O OBJETIVO, salientou António Costa, é reforçar os “laços de solidariedade entre todos os portugueses”, frisando que todos “são essenciais para a construção de um Portugal desenvolvido”, e que todas as regiões do país são “fundamentais para afirmar o potencial do país”.

Depois de realçar como um extraordinário recurso para a “afirmação de Portugal no mundo”, a projeção atlântica das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, o primeiro-ministro lembrou que a valorização dos regimes autonómicos implica o reforço da cooperação e da solidariedade entre o Governo da República e os

governos próprios das regiões. António Costa sublinhou que o Governo está empenhado em reafirmar estes valores, respeitando e desenvolvendo uma “relação de autonomia solidária”, lembrando que estes princípios, como outros que apontam igualmente para uma maior aproximação, “estão já refletidos” no Orçamento do Estado para 2016. Reconhecendo que apesar de já terem passado cerca de quatro décadas após a consagração das autonomias regionais, o primeiro-ministro não deixou contudo de lamentar que ainda permaneça um clima de algum distanciamento e incompreensão entre o



Poder Central e os executivos regionais, garantindo que o Governo do PS defende a “valorização das relações entre o Continente e as regiões autónomas”, no pleno respeito, como salientou, pelas autonomias regionais e procurando as “sinergias que permitam alcançar mais crescimento, melhor

emprego e maior igualdade”.

Plataforma continental

Falando na Assembleia Legislativa da Madeira, António Costa aproveitou ainda para referir o interesse estratégico das regiões autónomas em relação ao alargamento da plataforma

continental portuguesa, não esquecendo, como realçou, o seu potencial contributo para a exploração dos recursos do mar, reafirmando que as autonomias são uma “história de sucesso” que “cumpre continuar e todos os anos melhorar um pouco mais”. ■

REPOSIÇÃO DOS FERIADOS NACIONAIS É ATO DE PEDAGOGIA CÍVICA

O Governo anunciou a reposição dos feriados nacionais, suspensos em 2012 pela direita, num ato que o primeiro-ministro considera como de “pedagogia cívica” e não baseado em “facilitismo ou populismo político”.

Alertando que só há futuro “com memória histórica coletiva”, António Costa, que falava na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, em Lisboa, defendeu que nunca os valores históricos, “resultantes da memória coletiva”, devem ser “subalternizados” perante valores conjunturais ou efémeros, referindo-se à suspensão pelo anterior Executivo de direita de quatro feriados nacionais, dois civis e dois religiosos. Há princípios e valores, disse o primeiro-ministro, cuja memória e celebração “não po-

dem estar à mercê de cálculos ocasionais”, fruto de “impulsos ideológicos e de fins propagandísticos”, mesmo quando se usam argumentos que os pretendem “dissimular ou disfarçar”.

Para António Costa esta postura de tentar justificar alguns atos políticos com “fundamentos ocasionais”, como foi o caso da suspensão dos feriados nacionais aprovada pelo anterior Governo de direita, representa uma das causas dos muitos e “graves problemas” com que a sociedade portuguesa se tem



debatido, insistindo-se muitas vezes, segundo o primeiro-ministro, em subordinar “valores perenes a interesses efémeros”, confundindo-se o essencial com o acessório e “desvalorizando-se o simbólico”.

O primeiro-ministro defendeu que a política “faz-se com pragmatismo” mas também, e sobretudo, com “valores e princípios”, sustentando que a decisão de repor os feriados não reflète um ato de “facilitismo ou

de ambição de popularidade”, mas de uma profunda convicção de que celebrar as grandes datas históricas de Portugal “não é desperdiçar recursos mas investir no futuro e criar valor para os vindouros”. ■



ANTÓNIO COSTA

COMBATE AO TERRORISMO EXIGE COOPERAÇÃO CADA VEZ MAIS FORTE

O primeiro-ministro, António Costa, defendeu no dia 22 de março que a luta contra o terrorismo não se faz por impulso, sempre que há um atentado, já que, frisou, “é um combate de longa duração” e que exige “uma cooperação institucional cada vez mais forte”.

ANTÓNIO COSTA, que se encontrava na Madeira no âmbito da primeira deslocação oficial àquela região autónoma, reagiu assim aos atentados terroristas que abalaram ou a capital da Bélgica, com duas explosões no aeroporto e mais duas no metro de Bruxelas, que fizeram mais de duas dezenas mortos e dezenas de feridos.

“Este combate contra o terrorismo é um combate que nos tem de mobilizar a todos”, afirmou o

primeiro-ministro, acrescentando que este é “um combate de longa duração, não é um combate que se resolva rapidamente” e que “exige um combate em profundidade, uma cooperação institucional cada vez mais forte”. Segundo António Costa, o combate ao terrorismo passa também pela “promoção do diálogo intercultural e com uma intervenção profunda naquilo que são as periferias, muitos bairros críticos, porque há um problema de

inserção que é necessário fazer face”.

António Costa informou ainda já ter manifestado a sua “profunda solidariedade e condolências” aos governantes e ao povo da Bélgica.

Sobre a necessidade de adoção de novas medidas, o chefe do Governo sustentou que os países “não podem estar a responder por impulso cada vez que há um atentado”, salientando que é preciso haver “concentração em

executar as medidas que estão adotadas e ter consciência que este é um combate de longa duração e que nos tem de envolver a todos”.

Também o presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, reagiu aos ataques terroristas na Bélgica, alertando para o perigo dos movimentos populistas e extremistas procurarem aproveitar-se de atentados como os de Bruxelas, e afirmou que o Parlamen-

to português terá a “máxima determinação” na defesa da liberdade e da democracia.

O presidente do Parlamento referiu que “este dia, infelizmente, ficou marcado pela tragédia de Bruxelas, por este atentado terrorista brutal” em relação ao qual, defendeu, “não pode haver qualquer tipo de relativismo”, já que “é um mal absoluto e que atinge gravemente o funcionamento das nossas sociedades abertas e democráticas”. ■



TERRORISMO TEM DE SER COMBATIDO COM OS MEIOS DO ESTADO DE DIREITO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela voz do vice-presidente Pedro Delgado Alves, defendeu no dia 22 de março que os fenómenos do terrorismo “têm de ser combatidos com os meios do Estado de Direito, com os meios que permitem reforçar a cooperação policial entre os diferentes países e que combatem a exclusão social - exclusão social que alimenta os fundamentalismos e os extremismos”.

AO INTERVIR no Parlamento antes da aprovação de um voto de pesar pelos atentados terroristas em Bruxelas, o parlamentar socialista sustentou que “infelizmente acrescentamos hoje Bruxelas, a Nova Iorque, Paris, Madrid, Londres, Bagdade, Telavive, Beirute, Istambul, Moscovo ou Damasco, a tantas cidades que lidam

com o fenómeno do terrorismo. Partilhamos os mesmos dramas, os mesmos valores e morremos da mesma maneira indistintamente de sermos belgas ou portugueses, flamengos ou valões, emigrados ou naturais, cristãos ou ateus, judeus ou muçulmanos, pobres ou ricos. Morremos todos da mesma maneira”.

“Somos todos alvos da mesma barbárie. Num momento em que a Europa se confronta com aqueles que nas nossas cidades e portos fogem de conflitos violentos, temos que recordar e não perder o sentido de humanidade face a pessoas que sofrem há mais tempo do que nós o mesmo. Temos hoje mais em comum com aqueles que tive-

ram de fugir de Damasco ou de Aleppo”, destacou Pedro Delgado Alves.

A posição foi transmitida pelo vice-presidente da bancada socialista antes da aprovação de um voto de pesar pelos atentados terroristas em Bruxelas, numa sessão a que assistiu o embaixador da Bélgica em Portugal, Boudewijn

Dereymaerker.

No voto de condenação e pesar, aprovado por unanimidade, a Assembleia da República sublinha que “estes ataques não farão imperar o medo ou o preconceito, nem esmorecer a coragem no combate ao terrorismo e às suas causas, um esforço persistente que envolve múltiplas dimensões”. ■

CONGRESSOS FEDERATIVOS

ABRIR O PARTIDO À SOCIEDADE

“É preciso que o PS volte a abrir as suas portas”, como o fez nas primárias em que se conseguiu mobilizar tantas pessoas em torno do PS, para termos “um partido mais participado” e nos quais “os militantes se sintam decisores daquilo que é a estratégia do Partido”, defendeu no dia 20 de março a Secretária-geral adjunta do PS, Ana Catarina Mendes.



JORGE FERREIRA

NUM FIM DE SEMANA, 19 e 20 de março, marcado pelos congressos federativos do Partido Socialista que aconteceram por todo o território nacional, Ana Catarina Mendes, que esteve presente no encerramento das reuniões magnas da FAUL e Viana do Castelo, dirigiu-se às centenas de militantes que participaram em congressos “de portas abertas”, destacando “a importância da militância e dos partidos políticos nas democracias”, pois “não se constroem democracias fortes sem partidos fortes”.

Num contexto europeu marcado pela desconstrução do Estado Social, por uma destruição

dos direitos sociais, pelos egoísmos em vez do reforço da solidariedade e pela incapacidade de a Europa dar uma resposta à crise dos refugiados, pela crise do projeto e dos valores europeus, a dirigente socialista salientou que Portugal tem sido um caso ímpar, resistindo ao surgimento de partidos populistas e extremistas.

Ana Catarina Mendes destacou também a importância de o partido estar mobilizado e orgulhoso da sua militância e de se “abrir à sociedade”, “estabelecendo pontes e compromissos com movimentos sociais”.

“É preciso que o PS volte a abrir as suas portas”, num proces-

so como foi o das primárias, em que se conseguiu mobilizar tantas pessoas em torno do PS, para que voltemos a ter “um partido mais participado” e no qual “os militantes se sintam decisores daquilo que é a estratégia do partido”.

Um partido mais participado

A dirigente referiu ainda que no próximo Congresso Nacional será dirigido um convite a todos os militantes para que, em alternativa às tradicionais moções setoriais, possam ser levados a discussão temas propostos por 20 militantes, sejam ou não delegados, trazendo com estes debates

maior diversidade ao PS. Numa alusão ao trabalho já realizado pelo Governo, Ana Catarina Mendes sublinhou as três áreas essenciais em que esta nova governação já marcou o país nestes

“Não se constroem democracias fortes sem partidos fortes”

primeiros 100 dias: a devolução do rendimento às pessoas, o dinamizar da economia e a aposta na modernização do Estado. Por fim, a Secretária-geral ad-

junta, destacando a importância do trabalho feito pelos autarcas e militantes socialistas, acentuou a importância do desafio autárquico, que disse ser “o grande desafio que se colocará a partir do Congresso Nacional”.

Um desafio, acentuou, que depende de duas condições essenciais: “Um Partido Socialista mobilizado, participado e aberto à sociedade” e um Governo “que não falhe nas suas promessas com os eleitores, nos compromissos com os parceiros que o apoiam e nos seus compromissos internacionais, porque os autarcas necessitam de um Governo forte que ajude a credibilizar a palavra dada”. ■

CONGRESSO PS/PORTO

PORTUGAL ESTÁ A INVERTER O BLOQUEIO REFORMISTA DEIXADO PELA DIREITA

“Um dos piores legados que a direita portuguesa deixou ao país foi ter descredibilizado e destruído a confiança na necessidade de Portugal fazer reformas” defendeu António Costa no encerramento do Congresso do PS/Porto, que decorreu em Matosinhos.

COMEÇANDO a sua intervenção por defender a eleição das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais (CCDR) para que estas entidades “respondam perante o poder local”, o líder socialista sustentou ser esta alteração que permitirá “um primeiro e definitivo passo” para se avançar na democratização do poder regional. Mas para que a reforma das CCDR possa avançar, salientou António Costa, é fundamental

que haja uma conjugação e uma articulação efetiva entre o trabalho parlamentar com os municípios, incluindo as freguesias e as áreas metropolitanas, para que estas estruturas regionais deixem de ser uma “emanação do poder central”, passando a ser eleitas democraticamente e respondendo perante o poder local.

Ganhar o ciclo autárquico

Falando de eleições, António Costa considerou que o desafio



que se coloca, quer à Federação do Porto, quer às restantes federações do Partido Socialista, é “ganhar as próximas eleições autárquicas de 2017”, referindo que no distrito do Porto a “única ambição que o partido deve ter” é não só manter os municípios e

as freguesias que tem, mas “ganhar o que ainda não tem”. Olhando para o país, o primeiro-ministro garantiu que Portugal tem hoje um “sistema financeiro sólido”, em que “todos podem confiar”, referindo ter chegado o tempo de se “virar a página da

instabilidade”, acusando o anterior Governo de direita do PSD/CDS de ter “enganado” os portugueses com a “conversa da saída limpa” do programa de resgate e assistência financeira, por ter “escondido” o verdadeiro estado em que se encontrava o sistema financeiro português.

Acelerar os fundos comunitários

Na sua intervenção, o líder socialista destacou a ação do Governo na “aceleração do processo de execução dos fundos comunitários”, lembrando que quando o PS iniciou responsabilidades governativas, “só quatro milhões de euros tinham sido entregues às empresas”, em contraste com os primeiros 100 dias do Executivo do PS em que foram já canalizados para as empresas mais de 100 milhões de euros. ■



PS/AÇORES

CONGRESSO REGIONAL

AÇORES SERÃO PALCO DE CIMEIRA ENTRE GOVERNOS

Os Açores serão palco, no final do mês, de uma cimeira entre os governos da República e o desta região autónoma, anunciou o Secretário-geral do PS, António Costa, no seu discurso de encerramento do Congresso Regional do PS/Açores, na Lagoa, ilha de São Miguel.

SEGUNDO adiantou António Costa, no final de março terá oportunidade de voltar aos Açores para a primeira cimeira entre governos na qualidade de primeiro-ministro. Recorde-se que em janeiro passado, o presidente do Governo Regional dos Açores, o socialista Vasco Cordeiro, foi recebido em audiência por António Costa, para abordar "questões pendentes" no relacionamento entre os dois executivos, como o mar, os serviços do Estado no arquipélago, a RTP/Açores, a Universidade dos Açores e o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, além do sector agrícola e leiteiro e os prejuízos provocados pelo mau tempo em dezembro. Ainda assim, António Costa apontou o trabalho desenvolvido em quase quatro meses de governação no relacionamento entre as regiões autónomas. Salientou que "foi possível virar a página", exemplificando

com o mar, matéria em que foi possível alargar às duas regiões autónomas "uma parte importante do programa de fundos europeus MAR2020 relativas às ações de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, que o anterior Governo da República tinha reservado para as comunidades piscatórias do continente".

Orçamento histórico para regiões autónomas

Na ocasião, o Secretário-geral do PS aproveitou para sublinhar que o Orçamento de Estado para 2016 é "histórico" para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, quer pela proposta originária do Governo, quer pelas propostas que quase todos os grupos parlamentares apresentaram e que permitiram melhorar a proposta que o Governo tinha apresentado. Para António Costa, "os portugueses hoje sabem bem para o que é que serviu o seu voto

no PS, no Bloco de Esquerda, no PCP, no Partido Ecologista Os Verdes, no Partido dos Animais e até no CDS-PP", porque todos estes partidos "participaram ativamente na construção" do Orçamento. No discurso, no qual elogiou a governação socialista nos Açores nos últimos 20 anos, primeiro sob a liderança de Carlos César e agora de Vasco Cordeiro, o Secretário-geral referiu que o PS/Açores "tem sabido demonstrar como é possível conciliar autonomia regional com responsabilidade financeira, como é possível conciliar um orçamento equilibrado e uma dívida reduzida com crescimento económico e aumento da proteção social". E declarou-se convicto de que com a "liderança renovada e fortalecida do Vasco Cordeiro, o PS/Açores saberá apresentar-se às próximas eleições regionais de outubro para dar continuidade a este grande trabalho". ■

CARLOS CÉSAR

Por seu lado, o presidente honorário do PS/Açores, Carlos César, sublinhou que os socialistas estão empenhados em reforçar a autonomia com conteúdos de "modernidade e de genuinidade democrática", manifestando a convicção de que o PS, os Açores e a autonomia "ganharão mais força com mais este congresso". "O PS, ao longo de todo este período tem boas razões para se sentir orgulhoso do seu contributo destes momentos funda-



ção, Carlos César sustentou que o PS pode estar orgulhoso do que sempre fez na oposição ou no Governo, tal como sucede no presente, neste "novo ciclo político e de governação". "Neste particular, podemos ainda estar orgulhosos por duas boas e muito essenciais razões. Uma porque temos um grande partido que se sabe renovar e aperfeiçoar. E outra porque temos o líder político de que a região mais precisa e com o qual a região mais continuará a ganhar, Vasco Cordeiro", acrescentou o presidente do PS. ■

ESTE MÊS FOI NOTÍCIA



GOVERNO QUER ENVOLVER AUTARQUIAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Governo está a preparar uma nova estratégia de combate à violência doméstica e familiar, num projeto articulado envolvendo as autarquias e várias entidades. A ideia foi defendida nas Nações Unidas pela secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino.

A secretária de Estado garantiu que o Governo não está desde já a pensar em avançar com nova legislação, defendendo que a legislação existente em Portugal sobre a matéria "é adequada", e que o problema português não reside na legislação, mas na "articulação entre as entidades que intervêm" em todo este processo. ■



LIVRE ACESSO E CIRCULAÇÃO NO SNS JÁ EM ABRIL

O livre acesso e livre circulação no Serviço Nacional de Saúde (SNS) será uma realidade no muito curto prazo. A partir de abril, os portugueses vão poder escolher os hospitais para onde querem ser encaminhados pelos médicos de família, anunciou o ministro da Saúde.

No final da apresentação dos 82 contratos de referência agora criados para esta finalidade, Adalberto Marques Fernandes referiu que a ideia é deixar que os portugueses possam ir onde sentem que está a "competência, a diferenciação e o saber fazer" do SNS. ■

UM NOVO PACTO SOCIAL PARA A COESÃO E CRESCIMENTO

O PS quer estender a discussão da concertação social para além da fronteira das questões laborais. Um novo pacto social, como alertou Ana Catarina Mendes, que encontre novos caminhos para a transformação económica e social, permitindo reorientar a economia para as atividades mais produtivas aproveitando as principais riquezas do país.

Durante um seminário promovido pelo PS na sede nacional, subordinado ao tema "Concertação Social: Papel e Prioridades", a Secretária-geral adjunta, Ana Catarina Mendes, lançou na abertu-



JORGE FERREIRA

tura dos trabalhos um desafio às confederações sindicais e patronais para que encontrem com o Governo um novo modelo de renovação do pacto social, "nas suas múltiplas formas e expressões". ■

DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR PASSA PELA APOSTA NO SECTOR AGRÍCOLA

Não haverá desenvolvimento dos territórios do interior e das zonas rurais se Portugal não voltar a apostar de forma sustentada numa agricultura competitiva e pujante, defendeu o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, no distrito da Guarda, na abertura de um debate sobre o que "Fazer com o país das aldeias?".

Afirmando não ter dúvidas de que o sector da agricultura, das florestas e do desenvolvimento rural está preparado para dar o "máximo contributo" no combate ao flagelo da desertificação, fenómeno que tem atingido sobretudo, como sublinhou, o interior do país, Capoulas Santos defendeu que esta cooperação só poderá contudo obter sucesso se o Governo e os privados forem capazes de



THE EUROPEAN UNION

"estimular a fixação de jovens qualificados e empreendedores no interior". O ministro garantiu que o Governo, pela sua parte, está já a avançar com a criação de um banco de terras com o património do Estado para arrendamento, dando prioridade, como realçou, "a jovens agricultores, admitindo a posterior venda". ■

ESTRUTURAR A FLORESTA PORTUGUESA PARA GERAR MAIS RIQUEZA NO PAÍS

O primeiro-ministro defendeu no dia 21 de março, em Mação, no distrito de Santarém, na cerimónia comemorativa do Dia Mundial da Árvore e da Floresta, que é importante avançar para a estruturação de uma floresta mais robusta e ordenada, potenciando um recurso natural único para criar mais riqueza no país. Reconhecendo que se deram passos importantes nos últimos anos, quer nos

meios existentes de combate aos incêndios florestais, quer no próprio sistema de prevenção, o primeiro-ministro alertou, contudo, para a necessidade de se avançar, o mais rápido possível, para a estruturação de uma floresta mais robusta, "susceptível de criar riqueza" e de gerar maior rendimento para todos, salientando que face às características da floresta portuguesa, "onde 90% é privada", é essencial dotar as autarquias dos instrumentos legais e eficazes para poderem intervir "apoando os proprietários produtivos e fazendo-se substituir "aos não produtivos". ■



MANUEL ALEGRE DISTINGUIDO COM PRÉMIO VIDA LITERÁRIA

O Prémio Vida Literária 2015/1016, galardão instituído pela Associação Portuguesa de Escritores (APE), foi atribuído ao escritor e poeta Manuel Alegre, um dos maiores vultos da vida literária, cívica e política portuguesa desde meados da década de 60.

Entretanto, foi também divulgado que o autor de "O Canto e as Armas", de 79 anos, irá receber, em maio próximo, o Prémio de Consagração de Carreira da Sociedade Portuguesa de Autores (SPA). ■



NICOLAU BREYNER

O Partido Socialista manifestou a sua profunda consternação pela inesperada notícia da morte de Nicolau Breyner, indiscutivelmente um dos artistas mais queridos dos portugueses. Ninguém esquece o senhor Contente, na parceria com Herman José, o senhor Feliz, que ainda hoje perdura no imaginário de tantas gerações de portugueses.

Nicolau Breyner foi um grande ator, não apenas na comédia, onde mais se destacou, mas também em episódicos papéis dramáticos, que deixaram uma forte impressão a quem a eles assistiu.

Homem de paixões, bateu-se pelas suas ideias nos mais variados domínios. Embora não sendo reconhecidamente da área política do Partido Socialista, não se eximiu de apoiar António Costa nas candidaturas à Câmara Municipal de Lisboa, fazendo mesmo parte das suas comissões de honra. ■

1

RECUPERAÇÃO DE RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS, LUTA CONTRA A POBREZA E COMBATE CONTRA AS DESIGUALDADES



- ▶ ELIMINAÇÃO PROGRESSIVA DA SOBRETAXA DE IRS;
- ▶ REPOSIÇÃO DOS SALÁRIOS NA FUNÇÃO PÚBLICA;
- ▶ ATUALIZAÇÃO DAS PENSÕES ATÉ AOS 600 EUROS;
- ▶ AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO PARA 530 EUROS;
- ▶ REPOSIÇÃO DO COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS ABRANGENDO MAIS DE 170 MIL;
- ▶ REPOSIÇÃO DO VALOR DE REFERÊNCIA DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO;
- ▶ AUMENTO DOS 3 PRIMEIROS ESCALÕES DO ABONO DE FAMÍLIA;
- ▶ AUMENTO DO ABONO PARA FAMÍLIAS MONOPARENTAIS;
- ▶ AUMENTO DO SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA DE TERCEIRA PESSOA;
- ▶ REVISÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE.
- ▶ REINTRODUÇÃO DA CLÁUSULA DE SALVAGUARDA NO IMI;
- ▶ REPOSIÇÃO DOS FERIADOS;
- ▶ DEDUÇÃO FIXA POR FILHO DE 600 EUROS NO IRS.

UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

2

MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA E DESCENTRALIZAÇÃO PARA MAIOR PROXIMIDADE COM OS CIDADÃOS



- ▶ ENTRADA EM VIGOR DE LEIS COM IMPACTO NAS EMPRESAS APENAS 2 VEZES POR ANO;
- ▶ APROVAÇÃO DE NOVA LEGISLAÇÃO APENAS UMA VEZ POR MÊS;
- ▶ REGRESSO DO PROGRAMA SIMPLEX, INCLUINDO CONCURSO START-UP SIMPLEX;
- ▶ CRIAÇÃO DA UNIDADE DE MISSÃO DO INTERIOR;
- ▶ ELIMINAÇÃO DAS RESTRIÇÕES À CONTRATAÇÃO DE EFETIVOS NECESSÁRIOS PARA AS AUTARQUIAS;
- ▶ ANULAÇÃO DAS CONCESSÕES DOS TRANSPORTES COLETIVOS DE LISBOA E PORTO.

ESTADO MAIS EFICIENTE

3

FORTELECIMENTO DA ECONOMIA, PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE, INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO DAS EMPRESAS



- ▶ PLANO 100 - 100 MILHÕES DE EUROS EM 100 DIAS ATRAVÉS DO PORTUGAL 2020;
- ▶ ESTRUTURA DE MISSÃO PARA A CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS;
- ▶ DISPONIBILIZAÇÃO DE 1.500 MILHÕES DE EUROS ÀS EMPRESAS PORTUGUESAS ATRAVÉS DO IFD;
- ▶ RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONISTA DA TAP (ESTADO TORNA-SE MAIOR ACIONISTA E GARANTE OPÇÕES ESTRATÉGICAS).

ECONOMIA MAIS COMPETITIVA

4

IMPORTÂNCIA DA SAÚDE E DA JUSTIÇA. INVESTIMENTO NA CIÊNCIA, NA EDUCAÇÃO E NA CULTURA



- ▶ ELIMINAÇÃO E REDUÇÃO GRADUAL DAS TAXAS MODERADORAS;
- ▶ LANÇAMENTO DO PORTAL DA SAÚDE;
- ▶ ALARGAMENTO DE HORÁRIOS NOS CENTROS DE SAÚDE;
- ▶ AUMENTO DE 500 PARA 600 EUROS O PAGAMENTO MÍNIMO POR AGRICULTOR;
- ▶ NOVO INCENTIVO FISCAL PARA INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DE COPRODUÇÕES DE FILMES EM PORTUGAL;
- ▶ ACORDO COM OCDE PARA A AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR;
- ▶ CARTA DE PRINCÍPIOS DA FCT - FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA;
- ▶ LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS INST. POLITÉCNICOS;
- ▶ PAGAMENTO DE DÍVIDAS E REGULARIZAÇÃO DO ENSINO ARTÍSTICO, ESCOLAS PROFISSIONAIS E AEC;
- ▶ APRESENTAÇÃO DO MODELO INTEGRADO DE AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS;
- ▶ ALTERAÇÃO DO REGIME DE RECRUTAMENTO DOS PROFESSORES;
- ▶ EMISSÃO DO CARTÃO DE CIDADÃO PARA FILHOS DE PAIS INCÓGNITOS;
- ▶ EXECUÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO;
- ▶ CRIAÇÃO DO FUNDO AZUL PARA STARTUPS DE BASE TECNOLÓGICA E APOIAR A INVESTIGAÇÃO LIGADA À ECONOMIA DO MAR;
- ▶ DISPONIBILIDADE PARA ACOLHER IMEDIATAMENTE MAIS 1.960 REFUGIADOS, NUM TOTAL DE 10.500 ATÉ 2018;
- ▶ MANUAIS ESCOLARES GRATUITOS PARA O 1º ANO.

ACESSO MAIS DEMOCRÁTICO E MAIOR QUALIDADE NOS SERVIÇOS

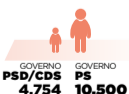


100

DIAS DE GOVERNAÇÃO

PRIORIDADES DO GOVERNO

Nos primeiros 100 dias do Governo do Partido Socialista foram aprovadas várias medidas que respondem às prioridades para o país e contribuem para o cumprimento dos compromissos assumidos na campanha eleitoral e no Programa de Governo.



PS ELEGE PRESIDENTES DE FEDERAÇÃO

O PARTIDO SOCIALISTA elegeu, no fim de semana de 5 e 6 de março, os seus presidentes de Federações e também as presidentes dos departamentos federativos das mulheres socialistas para o próximo ciclo político. A par da eleição dos novos líderes das federações do PS no território continental, num ato eleitoral muito participado e que envolveu um universo de cerca de 40 mil militantes, foram também eleitos os respetivos delegados aos próximos congressos federativos. Posteriormente, realizaram-se a 19 e 20 de março os congressos federativos em todo o território nacional.

Novas presidentes das mulheres socialistas

- ALGARVE
ANA PASSOS
- FAUL
SUSANA AMADOR
- AVEIRO
ROSA VENÂNCIO
- BEJA
RENATA VERÍSSIMO
- BRAGA
CLARA M. B. FERNANDES
- BRAGANÇA
SANDRA M. R. VALDEMAR
- CASTELO BRANCO
CRISTINA GRANADA
- ÉVORA
NEUZA MEDINAS
- GUARDA
OLGA MARQUES
- PORTALEGRE
MARIA CONCEIÇÃO GILO
- PORTO
MARIA TERESA FERNANDES
- FRO
LILIANA I. B. PATRÍCIO
- SANTARÉM
MARIA DA LUZ M. LOPES
- SETÚBAL
ANA SANTOS
- VIANA DO CASTELO
DORA BRANDÃO
- VILA REAL
GISELA ESPÍRITO SANTO
- VISEU
LÚCIA SILVA ■

PRESIDENTES DE FEDERAÇÃO 2016

- VIANA DO CASTELO**
MIGUEL ALVES
- BRAGA**
JOAQUIM BARRETO
- VILA REAL**
FRANCISCO ROCHA
- BRAGANÇA**
CARLOS GUERRA
- VISEU**
ANTÓNIO BORGES
- GUARDA**
(a definir)
- CASTELO BRANCO**
HORTENSE MARTINS
- PORTALEGRE**
LUÍS MOREIRA TESTA
- ÉVORA**
NORBERTO PATINHO
- BAIXO ALENTEJO**
PEDRO DO CARMO
- ALGARVE**
ANTÓNIO EUSÉBIO
- SETÚBAL**
ANTÓNIO MENDES
- SANTARÉM**
ANTÓNIO GAMEIRO
- ÁREA U. LISBOA**
MARCOS PERESTRELLO
- REGIONAL OESTE**
NUNO CRUZ INÁCIO
- LEIRIA**
ANTÓNIO SALES
- COIMBRA**
(a definir)
- AVEIRO**
PEDRO NUNO SANTOS
- PORTO**
MANUEL PIZARRO

